

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

*Prefácio*

Bruno Dantas

## EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO BRASIL

UMA PROPOSTA POSSÍVEL

**Área específica da obra**

Direito Tributário

**Áreas afins do livro**

Direito Público, Direito Municipal,  
Direito Administrativo, Direito Processual Civil e  
Direito Constitucional.

**Palavras-chave**

Estado Social. Desjudicialização. Execução Fiscal  
Administrativa. Paradigmas e mecanismos inovadores.  
Eficiência.

**FORMATO:** 14,5 X 21,5 cm

**CÓDIGO:** 3197

GEILSA KÁTIA SANT'ANA

# EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA NO BRASIL

UMA PROPOSTA POSSÍVEL

*Prefácio*

Bruno Dantas

editora  
*DelRey*

FORUM

A execução fiscal, tal como normatizada no Brasil, não atinge o fim a que se propõe, deixando de arrecadar percentual expressivo de receitas públicas, contribuindo para uma prestação jurisdicional onerosa, ineficiente e morosa. Nesse contexto, a execução fiscal revela-se como o principal fator de congestionamento das instâncias judiciais. Esta obra propõe-se a analisar estatísticas e dados oficiais, que permitam a evolução dos paradigmas até então adotados no Brasil. Propõe-se a estudar a execução fiscal desenvolvida na via administrativa, como alternativa extrajudicial para mitigar o abarrotamento das vias judiciais e, simultaneamente, garantir eficiência na cobrança dos créditos públicos. Oferece propostas para os principais gargalos encontrados, por meio de adaptação legislativa ao PL nº 5.080/2009, em tramitação no Congresso Nacional.

S232e Sant'ana, Geilsa Kátia

Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível /  
Geilsa Kátia Sant'ana. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024.

165 p. 14,5x21,5 cm  
ISBN 978-65-5518-623-9

1. Estado Social. 2. Desjudicialização. 3. Execução fiscal adminis-  
trativa. 4. Paradigmas e mecanismos inovadores. 5. Eficiência. I. Título.

CDD: 340

CDU: 340

Ficha catalográfica elaborada por Lissandra Ruas Lima – CRB/6 – 2851

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SANT'ANA, Geilsa Kátia. *Execução fiscal administrativa no Brasil: uma proposta possível*. Belo Horizonte: Fórum: Del Rey, 2024. 165 p. ISBN 978-65-5518-623-9.

## **Geilsa Kátia Sant'ana**

Procuradora do Município de Bertiooga/SP. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Santos. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito Professor Damásio de Jesus. Mestre em Direito pela Universidade Nove de Julho. Doutoranda em Direito pela Universidade Nove de Julho.

# SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Bruno Dantas</b> .....	13
INTRODUÇÃO .....	17
CAPÍTULO 1	
DA EXECUÇÃO FISCAL NO BRASIL.....	23
1.1 Definição .....	23
1.2 Contextualização normativa .....	24
1.2.1 Decreto-Lei nº 960/38 .....	25
1.2.2 Código de Processo Civil de 1973.....	26
1.2.3 Lei de Execuções Fiscais (Lei nº 6.830/80).....	28
1.3 Diagnóstico: dados coletados pelo Conselho Nacional de Justiça.....	33
CAPÍTULO 2	
EXECUÇÃO FISCAL NO DIREITO COMPARADO.....	47
2.1 Países europeus .....	48
2.2 Países norte-americanos .....	56
2.3 Países sul-americanos .....	67
2.4 Tendência mundial à implantação de mecanismos de desjudicialização para cobrança de créditos públicos.....	71
CAPÍTULO 3	
ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº 5.080/2009 EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO ....	75
3.1 Origem do projeto de Lei nº 5.080/2009 .....	76
3.2 Aspectos gerais do projeto de Lei nº 5.080/2009 .....	79
3.3 Razões e contrarrazões à aprovação do Projeto de Lei nº 5.080/2009 .....	89
3.3.1 Críticas ao PL nº 5.080/2009 .....	90
3.3.2 Contrarrazões às críticas ao PL nº 5.080/2009 .....	92
CAPÍTULO 4	
UM NOVO PARADIGMA PARA A EXECUÇÃO FISCAL.....	105
4.1 Prerrogativas da Fazenda Pública .....	105
4.2 Proposta de um novo paradigma .....	111
4.2.1 Do princípio da eficiência .....	113
4.2.2 Novo paradigma para o Poder Executivo .....	115
4.2.3 Novo paradigma para o Poder Legislativo .....	116
4.2.4 Novo paradigma para o Poder Judiciário .....	119
CAPÍTULO 5	
EXECUÇÃO FISCAL ADMINISTRATIVA COMO PROPOSTA DE CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA.....	125
5.1 Propostas de inclusão de mecanismos inovadores ao PL nº 5.080/2009 .....	125
5.1.1 Localização do executado .....	126
5.1.2 Localização de bens do executado.....	127
5.1.3 Sistema nacional de leilões.....	129
5.1.4 Controle de legalidade administrativo da inscrição em dívida ativa .....	129
5.1.5 Responsabilização civil, criminal e administrativa dos agentes públicos .....	133
5.1.6 Capacitação e política remuneratória adequada para os agentes públicos .....	134
5.1.7 Possibilidade de aditamento da CDA e ajuizamento “inteligente” .....	136
5.1.8 Núcleos especializados para recuperação de grandes créditos .....	138
5.1.9 Normatização do uso da exceção de pré-executividade .....	138

5.1.10	Ampliação das prerrogativas da Fazenda Pública na cobrança de seus créditos .....	141
5.1.11	Cobrança de custas na execução fiscal administrativa .....	141
5.1.12	Previsão de cooperação entre os países membros de blocos econômicos .....	142
5.1.13	Instituição de Conselho e Código de Defesa do Contribuinte .....	142
5.1.14	Estabelecimento de metas de arrecadação .....	143
5.2	Outros meios alternativos à judicialização para satisfação do crédito tributário.....	144
CONCLUSÃO.....		151
REFERÊNCIAS.....		157